

PROGRAMA DE CONCURSO**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL****Procedimento n.º 72/2024/IGeFE****AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO APLICACIONAL PARA
MODERNIZAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DA PLATAFORMA SIGO**

(Classificação CPV 72230000-6 – Serviços de desenvolvimento de software à medida)

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes do código dos contratos públicos, na sua atual redação)

Departamento de Administração Geral

Núcleo de Contratação Pública



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, n.º. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

Índice

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º – Objeto do procedimento	4
Artigo 2.º – Entidade Adjudicante	4
Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato	5
Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do Procedimento de contratação	6
Artigo 6.º – Peças procedimentais	6
Artigo 7.º – Disponibilização e acesso às das peças do procedimento	7
Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificações de erros e omissões das peças do procedimento	7
Artigo 9.º – Admissão de concorrentes	9
CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPECTIVA ENTREGA	9
Artigo 10.º – Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica	9
Artigo 11.º – Indicação do preço	10
Artigo 12.º – Proposta base	10
Artigo 13.º – Propostas variantes	10
Artigo 14.º – Caução	10
Artigo 15.º – Execução da caução	12
Artigo 16.º – Critério de Adjudicação	12
Artigo 17.º – Critério de desempate	17
Artigo 18.º – Leilão eletrónico	18
Artigo 19.º – Proposta e documentos que a constituem	18
Artigo 20.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	20
Artigo 21.º – Negociação	21
Artigo 22.º – Retirada da proposta	21
CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	21
Artigo 23.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	21

Artigo 24.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas.....	22
Artigo 25.º – Relatório preliminar	22
Artigo 26.º – Audiência prévia.....	22
Artigo 27.º – Relatório final.....	23
Artigo 28.º – Adjudicação e notificação da decisão	23
Artigo 29.º – Documentos de habilitação	24
Artigo 30.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação	25
Artigo 31.º – Não apresentação dos documentos de habilitação.....	27
Artigo 32.º – Não prestação da caução.....	27
Artigo 33.º – Minuta do contrato.....	27
Artigo 34.º – Contrato.....	28
Artigo 35.º – Não outorga do contrato	28
Artigo 36.º – Encargos	28
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	29
Artigo 37.º – Contagem dos prazos.....	29
Artigo 38.º – Prevalências.....	29
Artigo 39.º – Legislação aplicável.....	29
ANEXOS	30
ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP).....	31
ANEXO II - Modelo de declaração	32
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]	32
ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções	33
ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade.....	34
ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP	35
[o n.º 2, alínea m) do Artigo 19.º do convite]	35
ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA.....	36
ANEXO VII - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO	37
ANEXO VIII - MODELO GARANTIA BANCÁRIA.....	38
ANEXO IX - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO	41

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º – Objeto do procedimento

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração de um contrato de “Aquisição de serviços de desenvolvimento aplicacional para modernização/atualização da plataforma SIGO”, de acordo com as cláusulas jurídicas e técnicas constantes do Caderno de Encargos, bem como dos anexos que o compõem, e demais peças do procedimento.
2. O contrato a celebrar inclui os serviços a prestar de acordo com as especificações técnicas, descritas na Parte II do caderno de encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 213949200, de telefax +351 213907003 e com o e-mail: compras@igefe.medu.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Artigo 3.º – Órgão que tomou a decisão de contratar

1. O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa é o Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., nos termos conjugados do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, no n.º 3 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na sua redação atual, dos artigos 36.º e 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e em conformidade com o Despacho n.º 8289/2022 de 28 de junho de 2022 publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 130 de 7 de julho de 2022.

2. Nestes termos, por despacho de 07 de novembro de 2024 do Vice-Presidente do Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., no uso dos poderes que lhe foram conferidos pela alínea j) subalínea ii) do n.º 2 da Deliberação nº 937/2022, do Conselho Diretivo, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 163 de 24/08/2022, foi autorizada a despesa e a abertura do presente procedimento por Concurso Público, ao abrigo da base legal constante do Artigo 5º.

3. Não havendo pagamentos em atraso e porque estamos perante um procedimento relativo a uma despesa que dá lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, foi autorizada a assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho Diretivo do IGeFE, I.P., ao abrigo das competências delegadas por Sua Excelência, o Senhor Ministro Educação, Ciência e Inovação, e em cumprimento do disposto nos artigos 11.º e no n.º 1 do artigo 13.º, ambos do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que mereceu despachos favoráveis dos membros do Conselho Diretivo, exarados na Informação n.º 75198/2024/IGeFE/DAG-NCP, de 07/10/2024, sem necessidade de a mesma ter de ser remetida para autorização do Senhor Ministro das Finanças, uma vez que o IGeFE, I.P. emitiu declaração comprovativa de inexistência de dívidas a fornecedores com mais de 90 dias, estando assim em condições de ser enquadrado no Despacho n.º 7680/2022, de 9 de junho, publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 118, de 21 de junho de 2022, do Senhor Ministro das Finanças, que materializa o parecer genérico favorável do membro das Finanças à assunção dos referidos compromissos a todas as entidades que apresentem as referidas condições.

Artigo 4.º – Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar o procedimento e a execução do contrato

1. Atento o regime instituído pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio, o IGeFE, I.P. submeteu a aquisição acima identificada a eventual elegibilidade pela Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), para efeitos de parecer prévio, tendo a AMA dado parecer favorável à mesma, na sequência do pedido de apreciação n.º 202409132598, em 21 de outubro de 2024.

2. Por força da conjugação da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, com a Portaria n.º 48/2014, de 11 de fevereiro, foi efetuada a consulta prévia à Direção-Geral de Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGAEP), registados sob os pedidos n.º 16878, n.º 16880, n.º 16881, n.º 16883, n.º 16884, n.º 16886, no sentido de apurar se existem trabalhadores em situação de valorização com os perfis identificados pelo IGeFE, I.P., tendo a DGAEP comunicado aos 12/08/2024, da sua inexistência.

3. Atendendo ainda ao disposto no n.º 2 do artigo 43.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2024), conjugado com o n.º 1 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro, (Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024), procedeu-se no dia 08 de agosto de 2024 à consulta junto das entidades abrangidas pelo respetivo Plano Orçamental, no sentido de se apurar se dispunham de recursos humanos que pudessem dar resposta ao objeto do presente procedimento, não tendo a entidade adjudicante rececionado qualquer resposta das entidades.

Artigo 5.º – Fundamentação da escolha do Procedimento de contratação

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, é adotado o procedimento de Concurso Público, com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131º e seguintes, todos do CCP, na sua atual redação.

Artigo 6.º – Peças procedimentais

O processo de concurso público é composto pelas seguintes peças:

- a) O presente programa de concurso e anexos;
- b) O Caderno de Encargos e respetivos anexos;
- c) Os esclarecimentos e as retificações das peças do procedimento (a existirem);
- d) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (a existirem).

Artigo 7.º – Disponibilização e acesso às das peças do procedimento

1. As peças que constituem o presente procedimento serão integralmente disponibilizadas, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.
3. Quando, por qualquer motivo, o programa ou o caderno de encargos não tiverem sido disponibilizados, nos termos do disposto no n.º 1, desde a data da sua publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
4. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e será junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, na plataforma eletrónica, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do procedimento.
5. O Programa, o Caderno de Encargos e todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar e estão disponíveis para consulta todos os dias úteis, entre as 10h00 e as 12h30 e as 14h30 e as 17h00, nas instalações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., sitas Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, devendo a solicitação de acesso ser previamente agendada com o Núcleo de Contratação Pública.

Artigo 8.º – Esclarecimentos, retificações de erros e omissões das peças do procedimento

1. Os interessados devem enviar os seus pedidos de esclarecimentos através da plataforma eletrónica de contratação pública, disponível no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/index.php/>, até às **17:00h** do dia de término do primeiro **terço do prazo** estabelecido para a apresentação de propostas e no mesmo prazo

devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças por si detetado, em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigoº 50.º do CCP.

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior ou quaisquer outros da iniciativa da entidade adjudicante serão prestados pelo júri, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública identificada no número anterior, até ao final do **segundo terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas.

3. No prazo indicado no número anterior, a entidade adjudicante deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites.

4. O órgão que autorizou a decisão de contratar pode, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, de acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 50.º do CCP, devendo nesse caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do mesmo CCP.

5. Os esclarecimentos, as retificações, referidos nos números anteriores, e a(s) lista(s) de erros e omissões serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, prevalecendo sobre estas em caso de divergência, sendo, de imediato, notificados de tal facto todos os interessados que as tenham adquirido.

6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de, por sua iniciativa e dentro do prazo fixado no n.º 2, juntar ao processo do procedimento, sob a forma de aditamentos numerados segundo a ordem de emissão, os elementos adicionais que julgar necessários à melhor clarificação do objeto do mesmo.

7. Para todos os efeitos legais, considerar-se-ão estes aditamentos como esclarecimentos de dúvidas de interpretação das peças patenteadas, seguindo-se a forma de divulgação prevista no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, não dando lugar à prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 9.º – Admissão de concorrentes

Estão impedidos de apresentar proposta quaisquer concorrentes que se encontrem nas situações descritas no artigo 55.º, sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A, ambos do CCP.

CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

Artigo 10.º – Prazo e forma para apresentação da proposta eletrónica

1. A apresentação da proposta e os documentos que a instruem serão entregues até às **23 horas e 59 minutos do 30º dia** (hora legal de Portugal continental), seguido a contar da data do envio para publicação do anúncio no Diário da República, nos termos do n.º 1 do artigo 136.º do CCP, exclusivamente na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>
2. O prazo para a apresentação de propostas é contado nos termos do artigo 470.º do CCP.
3. A proposta, bem como cada um dos documentos que a integram, devem ser assinados eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. Os concorrentes deverão diligenciar em submeter a proposta e os documentos que a constituem atempadamente, para que a mesma seja rececionada antes da data e hora constante do n.º 1 do presente artigo.
5. A proposta, bem como os documentos que a instrui, devem ser todos individualmente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. Nos casos em que o certificado não relacione diretamente o assinante com a sua função ou poder para assinatura, o concorrente tem que submeter na plataforma, também apondo-lhe assinatura digital qualificada, sob pena de exclusão, um documento comprovativo dos poderes de representação.

7. No caso de agrupamento de concorrentes, as propostas deverão ser assinadas eletronicamente pelo representante comum designado por todos, submetendo na plataforma, o documento atributivo dos poderes de representação.

8. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para o carregamento da proposta e dos respetivos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, uma vez que, só serão admitidas a concurso, as propostas que tenham sido recebidas até ao prazo indicado no n.º 1 do presente Artigo.

Artigo 11.º – Indicação do preço

1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), devendo ser acompanhada pela lista de preços unitários que lhe serviu de base.

2. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

Artigo 12.º – Proposta base

1. As propostas apresentadas pelos concorrentes serão consideradas como totalmente incondicionadas, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do Caderno de Encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem dessas mesmas propostas ou de outros documentos que as acompanhem.

2. Para efeitos de elaboração da proposta base os concorrentes devem ter em consideração a natureza dos bens descritos no Caderno de Encargos.

Artigo 13.º – Propostas variantes

Não são admitidas propostas que envolvam alterações das cláusulas do Caderno de Encargos, nem a apresentação de variantes ao mesmo.

Artigo 14.º – Caução



1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do CCP e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de 5% do montante total do contrato, com exclusão do IVA.
2. O adjudicatário deve, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da notificação da adjudicação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, comprovar que prestou a caução perante o representante da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente, de acordo com os modelos disponibilizados como **ANEXOS VII, VIII e IX** do presente Programa de Concurso.
3. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado, pelo preço total do respetivo contrato, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Aplicar-se-á o regime estabelecido no número anterior caso exista assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo preço total do respetivo contrato, por entidade bancária reconhecida.
5. O depósito em dinheiro ou em títulos será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada no programa do procedimento, devendo ser especificado o fim a que se destina.
6. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos três meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
7. Se o adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela entidade adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
8. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da entidade adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.

9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

10. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputado o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 15.º – Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, pode ser executada pela entidade adjudicante sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de quinze dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16.º – Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, prevista na alínea a) do n.º 1 artigo 74.º do CCP, a metodologia de avaliação de propostas será adotada de acordo com a seguinte fórmula:



$$CF = 0,3 \times (1 - Pp/Pb) + 0,35 \times Pequipa + 0,35 \times Pprotótipos$$

Onde:

CF é a classificação final

Pp é o preço proposto

Pb é o preço base

Pequipa é a pontuação obtida para o fator da equipa proposta

Pprotótipos é a pontuação obtida para o fator dos protótipos para a implementação das atividades:

- Gestão de Rede – Protótipo completo da aplicação de Gestão de Rede exclusivamente para a modalidade de Cursos Profissionais (CP);
- RVCC Assistente Pessoal – Protótipo completo para o Processo RVCC correspondente ao Percurso de Curta e Média Duração (PCMD) de Assistente Pessoal para apoio à Vida Independente de Pessoas com Deficiência ou Incapacidade;
- Planos de Inovação - Protótipo completo das funcionalidades da aplicação Planos de Inovação para um dos tipos de curso dos Cursos Científico–Humanísticos (CCH);
- CA Mais Sigo - Protótipo completo das funcionalidades da aplicação de gestão de ações de formação, inscrições e certificação dos Cursos de Aprendizagem + (CA +).

No caso do fator "Equipa proposta", a sua pontuação é obtida da seguinte forma:

$$Pequipa = \frac{\sum_{i=1}^n P_{elemento_i}}{Nelemento}$$

Em que:

Pequipa : é a pontuação do fator Equipa

Pelemento_i : é a pontuação de cada um dos elementos da equipa

Nelemento : é o número de elementos da equipa

A pontuação para cada elemento, *Pelemento_i*, é obtida a partir da classificação abaixo

indicada:

Pontuação	Adjetivo	Significado
100%	Supera significativamente requisitos mínimos e apresenta forte especialização setorial	Cumprir os requisitos mínimos e ultrapassar em 100% o tempo de experiência mínima. Tem experiência nos sectores da educação e formação, em especial na educação e formação de adultos de nível básico e secundário e no reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e secundário, tendo aí participado em projetos de implementação de sistemas centrais com utilização descentralizada, baseados em arquitetura Oracle com pelo menos 4 dos produtos referidos neste CE, nos últimos 8 anos.

60%	Supera ligeiramente requisitos mínimos e apresenta forte especialização setorial	Cumpre os requisitos mínimos e ultrapassa em 50% o tempo de experiência mínima. Tem experiência no sector da educação e formação, em especial na educação e formação de adultos de nível básico e secundário e no reconhecimento, validação e certificação de competências de nível básico e secundário e, tendo aí participado em projetos de implementação de sistemas centrais com utilização descentralizada, baseados em arquitetura Oracle com pelo menos 4 dos produtos referidos neste CE, nos últimos 7 anos.
20%	Supera ligeiramente requisitos mínimos e apresenta especialização setorial	Cumpre os requisitos mínimos e ultrapassa em 50% o tempo de experiência mínima. A experiência refere projetos baseados em arquitetura Oracle com

		pelo menos 2 dos produtos referidos neste CE, nos últimos 3 anos.
0%	Cumprir os requisitos mínimos	Cumprir os requisitos mínimos

No caso do fator "Protótipos" a sua pontuação é obtida da seguinte forma:

A pontuação é obtida a partir da classificação abaixo indicada:

Pontuação	Descrição
100%	Apresenta protótipos completos para as quatro atividades manifestando elevada compreensão do negócio.
60%	Apresenta protótipos completos para as quatro atividades manifestando elevada compreensão do negócio em pelo menos três das atividades.
30%	Apresenta protótipos completos para as quatro atividades manifestando elevada compreensão do negócio em pelo menos duas das atividades.
10%	Apresenta protótipos completos para as quatro atividades manifestando elevada compreensão do negócio em pelo menos uma das atividades
0%	Não apresenta protótipos completos para as quatro atividades e/ou não manifesta elevada compreensão do negócio em pelo

	menos uma das atividades
--	--------------------------

A proposta que obtiver a pontuação mais alta será hierarquizada em primeiro lugar e assim sucessivamente.

Artigo 17.º – Critério de desempate

1. Em caso de empate entre as propostas, na pontuação final das propostas deverá ser adotado como critério de desempate os seguintes fatores por ordem:

- a) A pontuação mais alta no subfactor Protótipos;
- b) A pontuação mais alta no subfactor Equipa Proposta;
- c) O preço proposto mais baixo;

2. Se o empate subsistir, será adotado o método de sorteio em data e hora a definir pela Entidade Adjudicante. Serão convidados a assistir ao sorteio, a realizar nas instalações do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., com antecedência mínima de 2 dias úteis, todos os concorrentes.

3. O sorteio será realizado pelos elementos que constituem o júri. Na eventualidade do empate subsistir, após a aplicação do fator de desempate indicado no número anterior, o fator de desempate será o sorteio de entre as propostas melhor classificadas, e relativamente às quais se verifica o empate, realizado pelo júri, e no qual poderão estar presentes um representante de cada uma das entidades concorrentes, desse ato será lavrada ata a assinar por todos os presentes.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da sua realização.

5. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.

6. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.

7. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada, ficando ordenada em primeiro lugar a que corresponder à bola extraída primeiro.

Artigo 18.º – Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 19.º – Proposta e documentos que a constituem

1. A proposta é a declaração pela qual a entidade convidada manifesta ao representante da Entidade Adjudicante, a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, devendo ser instruída com os elementos exigidos no número seguinte e com os documentos previstos no n.º 9 do presente artigo.
2. Na proposta, o concorrente deve integrar, **obrigatoriamente**, os seguintes elementos:
 - a) Referência do procedimento;
 - b) Nome do concorrente;
 - c) Indicação do preço total dos serviços a prestar, com e sem a respetiva taxa de IVA aplicável;
 - d) Indicação da taxa de IVA aplicável;
 - e) As propostas devem mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA e a taxa aplicável, se a mesma for devida;
 - f) Prazo de execução, caso seja inferior ou superior ao exigido na Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos;
 - g) Prazo de validade da proposta;
 - h) Condições de pagamento;
 - i) Valor discriminado dos serviços, identificando o custo do valor/hora proposto para cada um dos perfis pretendidos para cumprimento do descrito na parte II (Especificações Técnicas) do Caderno de Encargos;
 - j) Certidão de registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso à certidão permanente, para identificação

dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

- k) Declaração de confidencialidade, elaborada nos termos do **ANEXO IV** ao presente Convite;
- l) Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos, aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código, constante no **ANEXO V**.
- m) Quadro-Resumo (duração, identificação da equipa e suas responsabilidades, identificação do responsável pelo projeto e do responsável comercial);
- n) *Curriculum Vitae* dos elementos que estarão envolvidos na execução do contrato, de modo a comprovar os requisitos definidos nos termos do estabelecido nas especificações técnicas parte II do Caderno de Encargos, elaborado no âmbito do presente procedimento e tendo em consideração, o modo como os mesmos deverão ser apresentados, estabelecido no n.º 3 da presente cláusula;

3. Nos termos e para os efeitos do exigido na alínea i) do n.º 2 da presente cláusula, relativamente à identificação dos elementos que estarão envolvidos na execução do contrato, através dos respetivos nomes completos, é admitida a sua substituição, pela primeira letra de cada um dos nomes que integram o nome completo, devendo o *curriculum vitae*, ter em consideração o detalhe necessário à evidenciação dos requisitos mínimos descritos nas especificações técnicas parte II do Caderno de Encargos, sendo que à entidade a quem vier a ser adjudicada a presente aquisição de serviços, em sede de início de execução de contrato, será solicitada a apresentação de toda a documentação que evidencia as habilitações, a formação e a experiência que em sede de apresentação de proposta foi identificada para cada um dos perfis.

4. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

6. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sem emendas ou rasuras, ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade convidada declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP, serão admitidos os documentos que, em resultado das cláusulas técnicas do presente procedimento, se encontrem redigidos em língua estrangeira, sendo admitido o idioma inglês.

8. Excecionam-se ainda do número 6. eventuais catálogos, documentos técnicos e respetivas especificações, os quais, caso não estejam traduzidos, poderão ser entregues em inglês.

9. A proposta deve ainda ser instruída obrigatoriamente, pelos seguintes documentos:

- a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I** ao presente programa do concurso, (disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>);
- b) Caso existam, a relação dos encargos em que incorreram com a elaboração da respetiva proposta, que possam documentalmente comprovar se solicitado, nomeadamente pela entidade adjudicante;
- c) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere relevantes para a apreciação da proposta.

10. Todos os modelos constantes deste Programa de Concurso devem ser preenchidos pelo concorrente sem efetuar alterações à sua integridade.

Artigo 20.º – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as propostas pelo prazo de **120 (cento e vinte) dias** contados da data do término do prazo fixado para a apresentação das mesmas, que se renova por períodos de 30 (trinta) dias se, no decurso de cada período, os concorrentes nada declararem em contrário por escrito.

Artigo 21.º – Negociação

As propostas a apresentar não serão objeto de negociação.

Artigo 22.º – Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante, através de documento a apresentar na plataforma eletrónica.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

Artigo 23.º – Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista referida no número anterior, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2.

Artigo 24.º – Esclarecimentos e suprimimento de irregularidades das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procedam ao suprimimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, sendo os mesmos disponibilizados na plataforma eletrónica.
4. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

Artigo 25.º – Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar, no qual propõe a respetiva ordenação.
2. No relatório preliminar o júri propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas sempre que se verifique qualquer das situações enunciadas no n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º do CCP.
3. O relatório faz ainda referência, caso existam, aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.

Artigo 26.º – Audiência prévia

O júri disponibiliza na plataforma eletrónica o relatório preliminar a todos os concorrentes, fixando um prazo não inferior a **5 (cinco) dias úteis**, para que os mesmos, querendo, se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 27.º – Relatório final

1. Decorrido o prazo para a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar.
2. O júri pode ainda propor a exclusão das propostas se verificar nesta fase a ocorrência de quaisquer motivos que determinam a exclusão das mesmas, de acordo com o disposto no artigo 148.º do CCP.
3. Se do relatório final resultar alteração da ordenação das propostas constantes do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 148.º do CCP, sendo subsequentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 148.º do CCP.
4. O relatório final, em conjunto com todos os documentos que compõem o processo de concurso público, é remetido ao órgão competente para a decisão de contratar, para decisão sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente, para eventual aprovação e adjudicação.

Artigo 28.º – Adjudicação e notificação da decisão

1. Inexistindo fundamento para a decisão de não adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar decide sobre a adjudicação e notifica-a em simultâneo a todos os concorrentes na plataforma eletrónica, até ao termo do prazo de obrigação de manutenção das propostas, acompanhado do relatório final de análise das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão da adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o término do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 29.º do presente programa;
- b) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.

4. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 29.º – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO II** do CCP (**ANEXO II** a este programa), a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP.
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, no caso de pessoas coletivas, documentos de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência das mesmas que se encontrem em efetividade de funções;
 - c. Cópia da certidão do registo comercial de constituição de empresa e das alterações do pacto social, ou documento com indicação do código de acesso *online* à certidão permanente do registo comercial;
 - d. Identificação completa de quem tem poderes para outorgar o contrato;
 - e. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou o respetivo código de acesso (sendo o preenchimento da declaração do RCBE feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>) nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;

- f. Declaração do n.º 3 e 4 do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), conforme **ANEXO VI**;
- g. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, devendo fazer prova desse facto, mediante a disponibilização da última Informação Empresarial Simplificada (IES) entregue ou da autorização de consulta da Certificação PME à Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- h. Caso seja exigível a prestação de caução o concorrente deverá apresentá-la nos termos do artigo 15.º do presente programa e de acordo com os modelos dos **ANEXOS VII** (Caução por depósito em dinheiro), **VIII** (Caução por garantia bancária) e **IX** (Seguro-Caução).

Artigo 30.º – Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo anterior, na plataforma eletrónica de contratação (www.acingov.pt), no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de notificação para o efeito.
2. Quando os documentos a que se refere o artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou da indicação prevista no n.º 2 deste artigo, sendo que o documento comprovativo do consentimento constitui um documento de habilitação a apresentar no âmbito do n.º 1 do Artigo.º 28.º do presente Programa.

4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1 deste artigo, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.
5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando, se se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina.
6. Os documentos referidos nos números anteriores podem também ser assinados por procurador, devendo, neste caso, juntar-se procuração que confira a este último poderes para o efeito, devidamente legalizada.
7. No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, deve apresentar os documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, identificando o chefe do consórcio sendo que, os documentos previstos nas alíneas a) do n.º 1 do artigo do artigo 81º do CCP, conjugado com o artigo n.º 6 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.
8. Nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos noutra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente Programa.
9. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos apresentados ou no caso de não serem apresentados no prazo fixado para o efeito ou redigidos em língua portuguesa, por facto que não seja imputável ao adjudicatário, e que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, será concedido um **prazo adicional de 3 (três) dias úteis** para a supressão das irregularidades ou apresentação dos documentos.

Artigo 31.º – Não apresentação dos documentos de habilitação

1. Sem prejuízo, do disposto nos artigos 87.º e 87.º-A do CCP, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no artigo 30º do presente Programa de Concurso;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa ou, acompanhados de tradução devidamente legalizada, caso se encontrem estiverem redigidos em língua estrangeira.
2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de **3 (três) dias úteis** para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 32.º – Não prestação da caução

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos anteriores, a caução que lhe seja exigida.
2. No caso previsto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. A não prestação da caução pelo adjudicatário, deve ser imediatamente comunicada ao IMPIC, I.P.

Artigo 33.º – Minuta do contrato

1. Com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário da minuta de contrato aprovada, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, assinalando expressamente os ajustamentos propostos, nos termos do disposto no artigo 99.º do CCP.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário, quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias subsequentes** à respetiva notificação.
3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato procede à notificação do adjudicatário da sua decisão, nos termos mencionados no n.º 1, equivalendo o silêncio à rejeição da mesma.
5. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 34.º – Contrato

1. A outorga do contrato tem lugar no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis** contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação e nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos e da comprovação da prestação da caução, nos termos previstos no artigo 104.º do CCP.
2. O contrato será reduzido a escrito nos termos do artigo 94.º do CCP e outorgado com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas.

Artigo 35.º – Não outorga do contrato

A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado para o efeito.

Artigo 36.º – Encargos

São encargo do adjudicatário as despesas e encargos inerentes elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, emissão de seguros, quando a eles houver lugar.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37.º – Contagem dos prazos

Salvo disposição expressa em contrário, à contagem dos prazos previstos no presente Programa, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Artigo 38.º – Prevalências

1. As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio do procedimento a que diz respeito que com elas estejam desconformes.
2. Nos casos em que se considere lapso das peças procedimentais ou omissões, nos termos do artigo 51.º do CCP, prevalecem as normas constantes do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 39.º – Legislação aplicável

1. Em tudo o que for omissa no presente programa e caderno de encargos elaborado no âmbito do presente procedimento pelo IGeFE, I.P., aplicam-se subsidiariamente as disposições do CCP, bem como todas as outras disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.
2. As normas do CCP relativas às fases de formação e de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

ANEXOS



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, nº. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º 9 da cláusula 19.ª do Programa do Concurso]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica

ANEXO II - Modelo de declaração**[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]**

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - Modelo de declaração de prevalência das traduções

_____ (Identificação do(s) representante(s) legal(is) da Entidade Convidada), titular(es) do(s) bilhete(s) de identidade/cartão de cidadão n.º(s) _____, na qualidade de representante(s) legal(is) de _____, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada, para efeitos do disposto no Anúncio para a “_____”, promovido pelo IGeFE, I.P., aceita que as traduções apresentadas nos documentos que acompanham a sua proposta prevalecem, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

... (local), ... (data),...[assinatura ¹]

¹ Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV - Modelo de declaração de confidencialidade

[a que se refere o n.º 2, alínea I) do artigo 19.º do programa]

F... [indicar nome da(s) firma(s) e sede(s) da(s) empresa(s) que integra(m) a Entidade Convidada], depois de ter(em) tomado conhecimento do procedimento pré-contratual referente à “ _____ ”, promovido pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE, I.P.), a que se refere o convite à apresentação de propostas datado de .../.../... e dos seus termos, vem(êm) subscrever a presente declaração aceitando cumprir as inerente obrigações e responsabilidades nos termos da legislação Portuguesa.

Para este efeito, "INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL" significa (inclusive, mas não exclusivamente) toda e qualquer informação de/e em projeto, de equipamentos, das instalações, da construção, da manutenção, de custos, de licenciamentos e do conteúdo de contratos, bem como qualquer outra informação relativa ao procedimento em apreço, pelo que é considerada propriedade intelectual e confidencial do IGeFE, I.P..

Concordamos assim que nem nós, como empresa convidada, nem subsidiárias, associadas, casa mãe ou os respetivos agentes, funcionários ou representantes, ou entidades subcontratadas por si só ou em benefício de alguma pessoa ou entidade, que não do IGeFE, I.P., poderemos usar a Informação Confidencial, seja por que motivo for, em qualquer momento ou em qualquer lugar, exceto com o propósito de desempenhar a respetiva função neste procedimento, sem a expressa e antecipada autorização, por escrito, do IGeFE, I.P. bem como, concordamos em listar e manter a Informação Confidencial de acordo com os seguintes termos e condições:

Não serão feitas cópias (exceto no caso de cópias necessárias aos nossos funcionários que estejam afetos a este Processo).

Será guardada e protegida em lugar seguro, com adequada segurança, por forma a evitar que pessoas não autorizadas a ela tenham acesso.

Serão autorizados a ela terem acesso, somente os nossos representantes para quem o acesso a essa informação seja necessário e indispensável para o bom desempenho do seu trabalho.

Serão elaboradas listas com identificação dos nossos representantes que a ela tenham tido acesso, registando-se ainda o que dela foi facultado e a data em que o foi, para uma eventual auditoria por parte das Autoridades e/ou do IGeFE, I.P..

Devolveremos toda a Informação Confidencial e destruiremos todas as cópias que dela tenham sido feitas e que estiverem em nosso poder, se o IGeFE, I.P. assim o exigir e caso não sejamos os Adjudicatários.

Aceitamos e reconhecemos que a prestação de informação classificada e qualquer colaboração nossa na sua elaboração não nos confere quaisquer direitos sobre essa Informação, a qual permanecerá, para todos os efeitos, propriedade do IGeFE, I.P. e do Estado Português.

As restrições à Informação Confidencial não se aplicam, unicamente, quando a respetiva divulgação foi expressa e previamente autorizada pelo IGeFE, I.P.

Em função da natureza confidencial deste procedimento, declaramos estar cientes de que a violação da presente declaração de confidencialidade é suscetível de motivar a exclusão deste procedimento da empresa que representamos, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e criminais.

Mais se declara que renunciemos a foro especial, sendo o foro competente o de Lisboa, e nos submetemos em tudo o que respeitar a esta declaração e ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local), ... (data),...[assinatura ²]

ANEXO V - Modelo de declaração a que se refere o artigo 419.º-A do CCP

[o n.º 2, alínea m) do Artigo 19.º do convite]

² Nos termos do disposto nos n.º 4 e 5 do artigo 57.º.

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP aplicável ao presente contrato por via da remissão do artigo 451.º do mesmo Código.

2 - Declara também que, caso o gestor do contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

.. (local),... (data),... [assinatura]._

ANEXO VI - Modelo de Declaração a que se refere o artigo 69.º do CPA

[e o n.º 1, alínea g) do Artigo 29.º do Programa]



_____, com número de documento de identificação
_____, válido até __/__/____, com domicílio profissional
_____, na qualidade de representante legal da
_____, com número de identificação fiscal _____
e sede na _____, declara, sob
compromisso de honra, que relativamente à sua representada não se verificam
quaisquer das situações de impedimento previstas nos nºs 3 e 4 do artigo 69.º do
Código do Procedimento Administrativo (CPA).

_____, __ de _____ de 20__

O Representante Legal,

ANEXO VII - MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO



Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

✉ Av. 24 de Julho, nº. 134 • 1399-029 Lisboa - ☎ 213 949 200 - 📠 213 907 003 - geral@igefe.medu.pt - <http://www.igefe.mec.pt>

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco_____ [•], à ordem
_____[•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros

_____[•],

Vai _____[•] (firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário e doravante designado “*adjudicatário*”), nos termos do artigo ____.^o do Programa do Concurso e da cláusula ____.^a do Caderno de Encargos como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos e do contrato de “ _____”, depositar no Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., Conta n.º 01120015150, com o IBAN PT50 0781 0112 0112 0015 1508 9, a quantia de € _____ [“*montante garantido*” (também por extenso)] em dinheiro.

Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., a quem a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. deve dar conhecimento da realização do depósito.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

ANEXO VIII - MODELO GARANTIA BANCÁRIA

Para: Estado Português / Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

Morada: Av. 24 de Julho, 134, 1399-054 Lisboa, Portugal

Garantia número [a preencher pelo Banco]

[data]

Exmos (as) Senhores (as),

A pedido e por conta de _____ [•]³
(doravante designado por “adjudicatário”), nos termos artigo ____.^o do Programa do Concurso e da cláusula ____.^a do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual de “ _____ ”, o _____ [•]⁴ (doravante designado por “Banco”) presta, pelo presente documento, a favor do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. garantia bancária até ao montante de € _____ [“montante garantido” (também por extenso)], destinada a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, o Banco garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do adjudicatário, o pagamento da importância de € _____ [•] (doravante designada por “montante garantido”).

³ Identificação do adjudicatário, com indicação da respetiva firma, número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

⁴ Identificação da instituição bancária, com indicação do número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

2. A presente garantia constitui uma obrigação direta do Banco perante o Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação I.P., é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. O Banco obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na _____ [morada do Banco], de declaração escrita do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, a pagar ao Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.
4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo desta garantia.
5. O Banco, caso venha a ser chamado a honrar a presente garantia, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., quaisquer reservas ou meios de defesa que o adjudicatário possa fazer valer contra aquele.
6. A presente garantia produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Estado Português, através do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade.

ANEXO IX - MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

Para: Estado Português / Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

Morada: Av. 24 de Julho, 134, 1399-054 Lisboa, Portugal

Apólice n.º: [a preencher pela Seguradora]

[data]

Exmos (as) Senhores (as),

A pedido e por conta de _____ [•]⁵ (doravante designado por “adjudicatário”), nos termos do artigo ____.^o do Programa do Concurso e da cláusula ____.^a do Caderno de Encargos do procedimento pré-contratual de “ _____ ”, a _____ [•]⁶ (doravante designada por “Companhia de Seguros”) presta, pelo presente documento, a favor do Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., seguro-caução até ao montante de € _____ [“montante garantido” (também por extenso)], destinado a caucionar o bom e pontual cumprimento pelo adjudicatário das obrigações assumidas na proposta adjudicada e no correspondente contrato, regendo-se pelos seguintes termos e condições:

1. Pelo presente documento, a Companhia de Seguros garante, na qualidade de principal pagador, sem quaisquer reservas, e, em consequência, com renúncia ao benefício da excussão prévia do património do adjudicatário, o pagamento da importância de € _____ [•] (doravante designada por “montante garantido”).

⁵ Identificação do adjudicatário, com indicação da respetiva firma, número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

⁶ Identificação da companhia de seguros, com indicação do número de identificação fiscal, sede, identificação da conservatória e do número de registo e do respetivo capital social.

2. O presente seguro-caução constitui uma obrigação direta da Companhia de Seguros perante o Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., é autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação.
3. A Companhia de Seguros obriga-se, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da receção, na _____ [morada da Companhia de Seguros], de declaração escrita do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, a pagar ao Estado Português, através do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., por crédito na conta bancária indicada naquela declaração, o montante garantido ou, se inferior, o montante solicitado em tal declaração.
4. A declaração referida no número anterior deve conter a indicação da importância devida pelo adjudicatário e os fundamentos por que o Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., considera a importância em causa devida, constituindo comprovativo suficiente e conclusivo, sem necessidade de qualquer outra formalidade ou da apresentação de qualquer outro documento, de que a importância reclamada é devida ao abrigo deste seguro-caução.
5. A Companhia de Seguros, caso venha a ser chamado a honrar o presente seguro-caução, não pode tomar em consideração quaisquer exceções opostas pelo adjudicatário, sendo-lhe igualmente vedado opor ao Estado Português, através da do Instituto de Gestão Financeira da Educação. I.P., quaisquer reservas ou meios de defesa que o adjudicatário possa fazer valer contra aquele.
6. O presente seguro-caução produz efeitos a partir da data da sua emissão, e permanece válido até que o Estado Português, através do Ministro da Educação, ou de quem tenha competências delegadas, autorize expressamente a sua liberação, nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos, não podendo ser anulado ou alterado sem o consentimento daquele e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Representação da Companhia de Seguros]⁷

⁷ Por quem tenha poderes para representar, reconhecida na qualidade.